

RELATOS DE UMA INTERVENÇÃO FORMATIVA COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA O ENFRENTAMENTO AO ABUSO SEXUAL NA PRIMEIRA INFÂNCIA

REPORTS OF A TRAINING INTERVENTION WITH EARLY CHILDHOOD EDUCATION PROFESSIONALS TO ADDRESS SEXUAL ABUSE IN EARLY CHILDHOOD

INFORMES SOBRE UNA INTERVENCIÓN DE CAPACITACIÓN CON PROFESIONALES DE LA EDUCACIÓN DE LA PRIMERA INFANCIA PARA ABORDAR EL ABUSO SEXUAL EN LA PRIMERA INFANCIA

Macdouglass de Oliveira¹
Pompéia Villachan Lyra²

RESUMO: O Abuso Sexual Infantil tem sido o foco de pesquisas e estudos, destaca-se em debates que emergem na mídia e sociedade. Desse modo, este estudo faz parte de um conjunto de resultados advindos do trabalho de dissertação do primeiro autor, com a orientação da segunda autora, o qual, intitula-se Entre Chapeuzinhos Vermelhos e Lobos Maus: o Abuso Sexual Infantil e a escola enquanto rede de proteção e enfrentamento. Enquanto objetivo buscou-se: Investigar os resultados e contribuições de uma intervenção formativa nas concepções de professoras(es) da rede pública do município do Recife, com foco no enfrentamento ao Abuso Sexual Infantil na Primeira Infância. Do ponto de vista metodológico, utilizou-se a abordagem qualitativa. Os instrumentos que deram sustentação ao estudo foram os Grupos Focais e a Observação Participante. Em síntese, a partir dos resultados obtidos, destaca-se a ausência de formações continuadas sobre o tema e o desconhecimento por parte das(os) participante sobre o tema.

Palavras-chave: Abuso Sexual Infantil. Formação Continuada. Primeira Infância.

ABSTRACT: Child Sexual Abuse has been the focus of research and studies, and stands out in debates that emerge in the media and society. Thus, this study is part of a set of results arising from the dissertation work of the first author, with the guidance of the second author, which is entitled Between Little Red Riding Hoods and Big Bad Wolves: Child Sexual Abuse and the school as a network of protection and confrontation. The objective was to: Investigate the results and contributions of a training intervention in the conceptions of teachers from the public school system in the city of Recife, focusing on confronting Child Sexual Abuse in Early Childhood. From a methodological point of view, a qualitative approach was used. The instruments that supported the study were the Focus Groups and Participant Observation. In summary, based on the results obtained, the lack of continuing education on the subject and the lack of knowledge on the part of the participants about the subject stand out.

Keywords: Child Sexual Abuse. Continuing Education. Early Childhood.

¹Doutor em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB.

²Professora associada ao Departamento de Educação da Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE e do Programa de Pós-Graduação em Educação, Culturas e Identidades – PPGECI/UFRP Doutora em Psicologia Cognitiva pela UFPE e Pós-doutorado em Psicologia – Universidade de Lisboa.

RESUMEN: El abuso sexual infantil ha sido objeto de investigación y estudios, y ocupa un lugar destacado en los debates emergentes en los medios de comunicación y la sociedad. Por lo tanto, este estudio forma parte de un conjunto de resultados de la tesis doctoral del primer autor, dirigida por el segundo autor, titulada "Entre Caperucitas Rojas y Lobos Feroces: Abuso Sexual Infantil y la Escuela como Red de Protección y Afrontamiento". El objetivo fue investigar los resultados y las contribuciones de una intervención formativa sobre las concepciones del profesorado del sistema escolar público del municipio de Recife, centrada en el abordaje del abuso sexual infantil en la primera infancia. Metodológicamente, se utilizó un enfoque cualitativo. Los instrumentos que sustentaron el estudio fueron grupos focales y observación participante. En resumen, los resultados destacan la falta de formación continua sobre el tema y el desconocimiento de los participantes.

Palabras clave: Abuso sexual infantil. Educación continua. Primera infancia.

INTRODUÇÃO

O Abuso Sexual Infantil é uma violência que deixa cicatrizes profundas nas vítimas, consistindo na invasão da sexualidade da criança para a satisfação sexual de um adulto ou adolescente mais velho. Esse tipo de violência pode ocorrer sem o uso de força física ou tortura e engloba desde carícias, toques nas regiões genitais, voyeurismo, exibicionismo, sexo anal e oral. Esta violência se fundamenta em uma dinâmica de poder por parte do agressor em relação à vítima (PFEIFFER & SALVAGNI, 2005; BRASIL, 2006; BRASIL, 2021; OLIVEIRA, 2022). Não se restringe apenas a toques sexuais explícitos. Segundo Oliveira e Braz Aquino (2025), em crianças mais novas, o agressor pode não usar a força física ou contato direto, para evitar ser descoberto. Opta por práticas como voyeurismo e exibicionismo, os quais se configuram a partir da observação da vítima sem roupa ou exibir-se de forma excitada para a criança.

Deve-se atentar ao fato de que o Abuso Sexual Infantil, firma-se como uma violência majoritariamente intrafamiliar, ou seja, ocorre em sua maioria, em ambientes domiciliares e tem como principais agressores, familiares ou pessoas de referência próximas a criança. Estudos de autoras (es) como Oliveira e Villachan-Lyra (2018) Fundação ABRINQ (2023) revelam que 70% a 80% dos casos registrados em canais de denúncias oficiais são do tipo intrafamiliar e ocorrem na casa das próprias vítimas. Com relação aos perpetradores, pais, mães, tios, avós e irmãos (as) aparecem como os principais agentes da agressão. Outro ponto destacado pelas (os) autoras (es), retrata as questões sociodemográficas, as quais, identificam que os maiores índices se concentram nas populações pobres e pretas. Quanto ao Gênero, as meninas também figuram maioria e pode chegar a quase 80% das vítimas identificadas.

No que se refere as implicações do Abuso Sexual Infantil, ressaltam-se diversas consequências nos aspectos físico, psicológico e social, impactando todos os aspectos da vida da criança. Afeta o emocional, as sensações, os relacionamentos, a autoestima e a sexualidade. É importante mencionar que crianças expostas a essa forma de violência costumam manifestar mudanças de comportamento, como agressividade, alterações de humor, medo intenso, insônia, conhecimento precoce sobre práticas sexuais e masturbação excessiva, comportamentos que estão frequentemente associados ao abuso (RIBEIRO, 2012; CHAGAS; PEDROZA, 2013; SPAZIANI, 2013; PAIVA, 2015; PENCO, 2015; PAIXÃO, 2020; NUNES, MORAIS, 2021).

Nesta mesma compreensão, autoras (es) como Pfeiffer e Salvagni (2005), Oliveira e Villachan-Lyra (2018) ao abordarem as repercussões do abuso sexual na infância, destacam os principais sinais normalmente apresentados pelas vítimas, como medo excessivo de adultos, especialmente os do mesmo sexo do agressor, profunda tristeza, baixa autoestima, comportamento sexual precoce, tiques e manias, que são características comuns em crianças vítimas de abuso. Com base no exposto, deve-se atentar que a identificação da violência em bebês e crianças muito pequenas apresenta-se como um desafio, ou seja, quanto menor a criança, mais difícil observar as mudanças comportamentais e físicas mencionadas até o momento.

Nesse sentido, a Educação Infantil é atualmente vista como um recurso essencial, tanto para identificar e notificar os casos, como para desenvolver um currículo que promova uma discussão sobre estratégias de prevenção e proteção contra esse tipo de violência. De acordo com Oliveira e Braz Aquino (2025), Lopes e Torman (2008), o contexto educacional, representa um ambiente onde as crianças têm a liberdade de compartilhar seus conhecimentos e experiências. Entretanto, quando essas vivências se tornam abusivas, geralmente a criança hesita em denunciar, opta por silenciar e ocultar o que está passando. Esse cenário causa intenso sofrimento para a criança, que além de ser vítima de violência, se sente isolada. Portanto, é responsabilidade dos diversos profissionais da escola estarem vigilantes em relação a quaisquer sinais de sofrimento que a criança possa expressar. Esse sofrimento terá impactos em seu comportamento, em sua capacidade de aprendizado, interações sociais e desempenho da aprendizagem.

Entretanto, abordar questões relacionadas à sexualidade no ambiente escolar não é uma tarefa simples. Ainda existem muitos tabus e restrições arraigados. Há uma crença generalizada de que a sexualidade é um assunto íntimo que não deve ser debatido com crianças. Além disso, as famílias estão cada vez mais evitando essas discussões, o que cria uma lacuna significativa

na educação das crianças, tornando mais difícil para elas entenderem e lidarem com situações de violência. Enquanto os espaços educacionais muitas vezes negam abordar o tema, as famílias também se esquivam. Por esse motivo, é crucial que as instituições de ensino assumam a responsabilidade de incluir em suas atividades a discussão sobre o corpo e a importância de protegê-lo (FERREIRA, 2010; OLIVEIRA; ROQUE; MELO, 2016; PAIXÃO, 2020; CAMPOS; URNAU, 2021;).

A fim de viabilizar a realização desse debate nas instituições educacionais, é primordial, em primeiro lugar, questionar o nível de familiaridade de gestoras (es) e professoras (es) com as questões relacionadas à sexualidade e ao abuso sexual na infância. É essencial identificar se estas (es) receberam ou estão em processo de formação que as (os) qualifiquem para lidar com a temática.

No entanto, é evidente que a oferta de formação é focada no conteúdo curricular e nas metas a serem alcançadas a cada ano. Isso resulta na exclusão de temas importantes como o enfrentamento ao Abuso Sexual, que deveria, fazer parte de propostas pedagógicas ampliadas e preventivas. Autores(as), como Brasil (2006), Limbório e Francisco (2012), Santos e Lima (2020) e Oliveira e Villachan Lyra (2018) ressaltam a relevância da formação contínua e lamentam sua precariedade. Para que os espaços educacionais atuem como parte da rede de proteção e prevenção ao Abuso Sexual Infantil, é fundamental que gestores públicos nas três esferas de governo, adotem ações para formar e orientar tanto seus profissionais quanto suas crianças e estudantes, além de estreitar a relação com os órgãos de proteção e cuidado e reconhecer-se como facilitadora na luta e garantia dos direitos da criança e do adolescente.

4

MÉTODOS

Trata-se de um estudo exploratório de caráter qualitativo. Este tipo de método permite o contato direto com a singularidade do sujeito, não visa a quantificação e sim a qualidade dos significantes subjetivos do indivíduo, o que se configura como aspecto essencial para a presente pesquisa (MINAYO; COSTA, 2018). Para a realização da pesquisa, elencou-se enquanto contexto, o município de Recife - PE, o qual, caracteriza-se como metrópole, devido ao seu quantitativo populacional e territorialidade. Salienta-se, que a pesquisa foi autorizada pelo referido município, por meio de Carta de Anuência.

O referido estudo constitui-se por uma intervenção participante, a qual, busca compreender a importância dos processos formativos na atuação de professoras (es) da rede

municipal de educação infantil, em especial, no que se refere ao enfrentamento de violências como o Abuso Sexual na primeira infância. No que tange a composição e universo da pesquisa, identifica-se a participação de 08 professoras vinculadas aos Centros de Educação Infantil do município do Recife – PE.

Quanto ao perfil das participantes, destacam-se aspectos sociodemográficos importantes sobre gênero, idade, formação e tempo de atuação. Com relação ao gênero, toda a amostra identifica-se pelo sexo feminino. As idades variam entre 38 e 53 anos. No que diz respeito a formação profissional, todas as participantes possuem ensino superior em Pedagogia. Em relação ao tempo de atuação profissional, alterna-se entre 08 a 35 anos.

A escolha por realizar a pesquisa com profissionais da educação dá-se pela importância, com a qual, professoras (es) inferem no curso do desenvolvimento de crianças, em especial na primeira infância. Entende-se nesse contexto, que a (o) professora (o) pode estabelecer um forte vínculo com a criança, o qual, pode favorecer relações de confiança que resultem na identificação de casos de violência, como o Abuso Sexual Infantil, na interrupção de ciclos violentos, e no encaminhamento junto aos órgãos competentes, com a finalidade da garantia de proteção integral da vítima.

Ao perceber, portanto, a dificuldade de se tratar tal temática nos ambientes educacionais, constata-se que ampliar a discussão acerca dos conceitos gerais e possíveis articulações com o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente pode contribuir com o fortalecimento de práticas preventivas, protetivas e de encaminhamentos necessários (SANTOS, 2019; LIMBÓRIO; FRANCISCO, 2012). Propõe-se por meio da pesquisa, provocar reflexões em torno da temática proposta, almejando uma atuação comprometida que some esforços na busca da garantia integral dos direitos da criança.

Para a coleta dos dados, utilizou-se como instrumentos os Grupos Focais e a Observação Participante. O primeiro, possibilita trabalhar um tema geral e particularizado sob a perspectiva coletiva, baseia-se na interação grupal, reflexões, debates, trocas, construções compartilhadas e busca compreender como as opiniões e entendimentos se relacionam, sobrepõem-se, completam-se ou se articulam. O segundo, permite maior integração entre pesquisador e pesquisado. Nesse contexto, o pesquisador também contribui com suas experiências, vivências, indagações e opiniões. Esse método de observação garante o acesso a uma compreensão que não seria possível sem ela (RESSEL; BECK; GUALDA; HOFFMANN; SILVA; SEHNEM, 2008).

Demarca-se que os conteúdos advindos dos Grupos Focais foram gravados e transcritos em sua totalidade. Quanto ao tratamento dos dados, utilizou-se a técnica de análise de conteúdo temático proposta por Bardin (2016). Este tipo de análise consiste de uma pré-análise, que significa organizar e sistematizar as ideias, seguida pela exploração das informações obtidas, caracterizada como codificação, e permite recortar, agrupar, classificar e tratar os resultados obtidos para, então, interpretá-los. Para isso, é imprescindível a releitura desses materiais, bem como transformar os dados brutos em conjuntos de informações que apresentem os mesmos significados. Logo em seguida, as categorias temáticas devem ser definidas para elaboração dos resultados. Sendo assim, as categorias precisam demonstrar semelhanças e analogias, tornando-se válidas, pertinentes ao processo e adequadas à pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ressalta-se que os dados desta pesquisa empírica são advindos do conjunto de resultados da dissertação *Entre Chapeuzinhos Vermelhos e Lobos Maus: o Abuso Sexual Infantil e a escola enquanto rede de proteção e enfrentamento* (OLIVEIRA, 2018). Se constitui por três etapas específicas, subsidiadas pela metodologia dos grupos Focais. Dessa forma, nos primeiro e terceiro grupos, explora-se seis temas importantes sobre o Abuso Sexual Infantil, e permite que as profissionais compartilhem seus conhecimentos sobre o assunto. No segundo grupo, realizou-se uma intervenção formativa com o objetivo de promover discussões, orientações e apresentação de conceitos sobre Abuso Sexual Infantil, com foco no aprimoramento do trabalho das participantes, no que se refere a prevenção e proteção de crianças. A utilização da intervenção formativa permite identificar o conhecimento das profissionais antes e depois de um processo de orientação.

A partir da coleta das informações, falas das participantes e vivências provocadas pelos Grupos Focais foram agrupadas as seguintes categorias de análise: 01- EU pessoal x EU profissional; 02- Abuso sexual infantil; 03- Implicações do abuso sexual na criança; 04 - Escola e prevenção ao Abuso Sexual Infantil; 05 - Formação continuada; 06 - Rede de proteção e prevenção a criança. Tais categorias embasam as discussões dos resultados que seguem.

Eu Pessoal x Eu Profissional

Esta categoria fundamenta-se na apresentação pessoal e profissional das participantes. Discorreu-se, portanto, sobre trajetórias de vida, percursos profissionais e a motivação em

participar da pesquisa. Menciona-se ainda, as inquietações quanto ao tema e o desejo das participantes no que se refere a qualificação de suas práticas pedagógicas para o enfrentamento do Abuso Sexual Infantil, em especial, na primeira infância.

Em concordância com a necessidade de qualificar a Educação Infantil para o enfrentamento a este tipo de violência, Piva, Jasper, Feller e Alves (2013), Santos (2019), destacam a importância das(os) professoras(es) atuarem como agentes de prevenção, identificação e possível proteção contra a violência dirigida a crianças. Entretanto, observaram que a escassez de denúncias e encaminhamentos aos órgãos competentes, nesse contexto escolar, é devido à falta de informações por parte das(os) professoras(es) que poderiam fortalecer suas ações e ampliar seus conhecimentos a partir da oferta de formações específicas e continuadas. Sem dúvida, trata-se de uma questão complexa, que engloba também outros fatores, como o receio da comunidade escolar em sofrer represálias ou não saber como lidar com a situação e a quem recorrer.

A partir das reflexões sobre as restrições e desafios percebidos na atuação profissional e mencionados pelas participantes, o pesquisador indagou se as professoras já tinham identificado situações de abuso sexual na primeira infância ao longo de suas carreiras. Essa pergunta levou à revelação de experiências vividas no ambiente escolar, no que tange a identificação de casos e à divulgação de contextos de violência que elas mesmas enfrentaram e nunca tinham sido revelados. A participante 03, por exemplo, revelou experiências de Abuso Sexual e enfatizou que não havia conseguido compartilhar com ninguém o que havia acontecido. Além disso, ela demonstrou sinais de desconfiança, isolamento e fobias, características que podem surgir em pessoas vítimas de violência sexual. Essas mesmas características foram apontadas por Pfeiffer e Salvagni (2005), Brasil (2006), Oliveira (2018) ao discutirem os sinais e sintomas observados em vítimas desse tipo de violência, assim como os impactos emocionais, cognitivos e psicológicos geralmente associados.

Esta categoria revela a complexidade do tema em dois grandes aspectos. O primeiro, remonta a dificuldade de inserção de conteúdos e práticas preventivas e protetivas sobre o Abuso Sexual no contexto da Educação Infantil, o segundo, exprime vivências individuais das participantes que também sofreram com esse tipo de violência, e por este motivo, encontram resistência justificáveis quanto ao trabalho preventivo e protetivo.

Abuso Sexual Infantil

Neste tópico, a categoria Abuso Sexual Infantil, firma-se a partir da compreensão das profissionais acerca do tema. Ressalta-se, portanto, que os conhecimentos prévios apresentados pelas participantes, no Grupo Focal I, demonstram concepções pouco aprofundadas e incompreensões, as quais, resultam na confusão quanto a caracterização deste tipo de violência. Tal confusão pode ser observada na fala da Participante 02, quando aborda, inicialmente, conceitos da violência, mas, em seguida, discorre sobre sinais e sintomas, impactos no desenvolvimento infantil e nos processos de aprendizagem.

Percebe-se nesse sentido, mudanças importantes no discurso das participantes no Grupo Focal III. Após a realização do Grupo Focal II, onde o pesquisador propôs uma metodologia que consistia numa intervenção formativa, as participantes aproximaram-se de alguns conceitos científicos ao reconhecerem como práticas de Abuso Sexual Infantil, a realização de toques inadequados, a exposição de crianças a práticas de voyeurismo e o ato sexual propriamente dito. Essas ideias encontram respaldo em autoras como Pfeiffer e Salvagni (2005), Brasil (2006), Araújo (2002), Nunes e Moraes (2021) que consideram ser, uma violência que deixa marcas profundas e acometimentos físicos, psicológicos e sociais. Portanto, destacam que o Abuso Sexual Infantil pode incluir carícias, manipulações genitais e anais, práticas sexuais com penetração, podendo envolver uso de força física ou não.

Implicações do Abuso Sexual na criança

Ao seguir com o debate proposto, indaga-se às participantes acerca das possíveis implicações ou consequências que o abuso sexual infantil pode acarretar no desenvolvimento da criança. Durante o Grupo Focal I, as professoras silenciaram brevemente antes de abordar de maneira cautelosa o tema provocador. Ao analisar a perspectiva das participantes nesse eixo inquiridor, observa-se que suas opiniões foram apresentadas de forma abrangente e genérica, sem muitos detalhes.

Demarca-se ainda, que as participantes demonstraram insegurança em classificar os possíveis sintomas ou consequências provenientes da violência sexual em crianças, com algumas professoras optando por não se posicionar. Essa postura reflete significativamente em suas ações, tornando mais desafiador identificar tal violência no comportamento infantil, resultando na ausência de denúncia ou encaminhamento ao Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente.

Na ocorrência do Grupo Focal III, quando questionadas novamente sobre as implicações do Abuso Sexual Infantil, as professoras forneceram informações de forma concisa, segura e precisa ao descrever os principais sintomas e alterações de comportamento que podem ser observados em crianças vítimas de violência sexual. Dentre as implicações apontadas pelas participantes, destacam-se o isolamento, agressividade, medo, dor em regiões genitais e mudanças comportamentais. Esses aspectos, juntamente com outros sintomas, são identificados por autoras(es) como Oliveira e Villachan-Lyra (2018), Nunes e Morais (2021), Amazarray e Koller (1998), as(os) quais apresentam as principais mudanças nas crianças, como dificuldades ao andar, presença de manchas de sangue nas roupas, alterações de humor, medo, comportamento agressivo e exibição de conhecimentos em práticas sexuais, escoriações e danos na região vaginal e anal.

Escola e Prevenção ao Abuso Sexual Infantil

No que se refere ao papel da escola, pergunta disparadora que embasa a quarta categoria, as professoras apresentaram, no Grupo Focal I, respostas difusas e que divergiram entre si, apenas duas participantes reconheceram o ambiente escolar como preventivo, protetivo e de enfrentamento a violências como o Abuso Sexual Infantil. As demais, discorreram sobre o contexto da educação como espaço de cuidado, e reconhecem que as (os) profissionais atuantes na Educação ainda não se encontram preparadas (os) para assumir tal função protetiva. Já no Grupo III, as participantes, de um modo geral, reconhecem os ambientes educacionais como instituições que devem proteger e garantir o direito das crianças, no entanto, ao discorrerem sobre esta percepção, elas mencionam as limitações observáveis na formação continuada de professoras (es), e enfatizam que sem o conhecimento do tema, o enfrentamento não torna-se realidade.

Baseando-se no exposto pelas participantes e no destaque do contexto educacional ambientes cruciais para a prevenção e enfrentamento ao Abuso Sexual Infantil, estudiosos como Limbório e Francisco (2012), Paixão (2020), Oliveira e Braz Aquino (2025) ressaltam a relevância da Formação Continuada e lamentam sua precariedade, principalmente sobre temas mais complexos como a violência. Para eles, é evidente que a formação é limitada por natureza e que a inserção de temas como a sexualidade e violência sexual é ainda mais desafiadora. Essa perspectiva está em sintonia com as experiências compartilhadas pelas participantes, que reconhecem os desafios identificados pelos pesquisadores.

Por outro lado, Piva et al. (2013), Nascimento e Deslandes (2016), Silva e Camargo (2023) destacam que os profissionais da educação muitas vezes não se veem como agente promotores de proteção, sentindo-se despreparados para lidar com tais problemas. Eles também apontam que a baixa taxa de identificação e denúncia ocorre, em grande parte, devido à falta de conhecimento e compreensão sobre o tema.

Formação Continuada

A formação continuada ancorou-se também neste estudo, como uma categoria de análise. Desse modo, quando se questionou sobre a participação em formações específicas que tratassem sobre o enfrentamento ao Abuso Sexual Infantil, formas de identificação e possibilidades de encaminhamentos, as participantes, de forma unânime, reconheceram nunca ter participado. Tal questionamento foi realizado tanto no Grupo Focal I, quanto no Grupo Focal III, e as respostas mantiveram-se as mesmas.

Conforme evidenciado anteriormente, a ausência de formação profissional que aborde o tema do Abuso Sexual foi identificada nos dois grupos focais. Esse aspecto foi especialmente relevante na categoria que discute a escola como um contexto preventivo e de proteção. Ao longo da coleta e análise dos dados, houve uma repetida ênfase na necessidade de formação nessa área. O relato da Participante 05 é especialmente marcante para a pesquisa, quando esta, menciona a falta de discussão sobre o Abuso Sexual Infantil no ambiente escolar. Para ela, essa forma de violência parece ser ignorada e não percebida no Currículo Escolar ou Planos Políticos Pedagógicos.

Diante desses relatos, autores como Libório e Francisco (2012) e Piva et al. (2013) apontam a carência de preparo relacionado a esse tema, destacando as dificuldades enfrentadas para lidar com questões sexuais no ambiente escolar. Tais dificuldades podem estar ligadas à inexperiência das(os) professoras(es), à resistência por parte de gestores ou até mesmo à relutância dos pais em aceitar tais discussões.

De acordo com Oliveira e Villachan-Lyra (2018), Silva e Alberto (2019), é viável que as(os) educadoras(es) sejam orientadas(os) para atuarem como agentes de prevenção da violência, por meio de um planejamento que priorize sua formação contínua. Ademais, é essencial que as (os) professoras(es) estejam atentos e possuam habilidades para identificar possíveis indícios de abuso, visando, assim, a implementação de medidas de proteção. Além disso, é imprescindível estabelecer uma conexão estreita com o sistema de garantia de direitos,

compreendendo os órgãos e instituições que compõem essa rede, bem como os procedimentos e encaminhamentos envolvidos.

Rede de Proteção e Prevenção a Criança

A partir do reconhecimento dos níveis de educação, em especial a Educação Infantil, como partícipe do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente, levantou-se a questão sobre como as professoras entendiam a rede de prevenção, proteção e enfrentamento ao Abuso Sexual Infantil e quem a compõe. As Participantes 02 e 04 imediatamente indagaram: "Quem deveria fazer parte, ou quem já está?". Neste momento, o facilitador reformulou a pergunta da seguinte maneira: "Na opinião de vocês, quem deveria fazer parte ou quem realmente faz?". As professoras chegaram a um consenso e expuseram, de forma tímida, que a formação dessa rede consiste em instituições como o Conselho Tutelar, Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente e Ministério Público.

Ao retomar a discussão no Grupo Focal III, sobre a composição do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e Adolescente, percebe-se que as respostas das professoras apresentaram maior amplitude quanto as instituições que compõem a rede preventiva e protetiva. Destaca-se, a partir dos recortes de falas das participantes, o Conselho Tutelar, Centros de Referência da Assistência Social – CRAS, Centros de Referência Especializados da Assistência Social – CREAS, Ministério Público, Serviços de Saúde, Delegacias Especializadas, Famílias e Escolas. Ressalta-se, ainda, que no Grupo Focal I, não havia o reconhecimento por parte das profissionais, no que se refere aos contextos escolares compondo a rede. A mudança de percepção entre elas, torna-se fundamental e demonstra a compreensão sobre o conteúdo trabalhando anteriormente, no Grupo Focal II, o qual, pretendeu, por meio de uma intervenção formativa, subsidiar a prática pedagógica das (os) professoras (es) com foco no enfrentamento as Violências Sexuais Infantis.

Para entender o Sistema de Garantia de Direitos e suas formas de atendimento e encaminhamento, com foco na rapidez dos procedimentos, é essencial ter conhecimento de toda essa extensa rede. No grupo III, as professoras puderam enxergar, de maneira mais abrangente, os diferentes agentes que podem agir no enfrentamento às violências, como a sexual. Nesse sentido, a identificação por parte das participantes coincidiu com as análises de Brasil (2006; 2021), Oliveira (2012), Santos (2019), Oliveira e Villachan-Lyra (2018) ao apontarem os

principais órgãos preventivos e protetivos, ressaltando que as Instituições de Educação, CREAS, Conselho Tutelar, Ministério Público e Disque 100 lidam diretamente com esse tipo de situação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na totalidade da construção teórica deste estudo, abordou-se o tema do Abuso Sexual como uma forma de violência que causa impactos profundos nas vítimas. Essas consequências afetam não apenas o corpo, mas também a saúde mental e a interação social da criança. Por isso, é essencial uma ampla discussão sobre esse assunto. A identificação de situações como essas é extremamente complexa, uma vez que envolve indivíduos que desempenham papéis significativos no círculo de confiança e segurança das vítimas.

No que se refere aos níveis de educação, em especial a Educação Infantil, entende-se que para assumir de forma efetiva o papel de prevenção e proteção, se vendo como parte integrante do Sistema de Garantia de Direitos, faz-se necessário processos de qualificação que possam habilitar as(os) profissionais para lidar com situações de violência. No entanto, tal qualificação ainda não é uma realidade.

Neste sentido, a referida pesquisa, revela o quanto a formação continuada de profissionais que atuam no espaço educacional pode contribuir para uma efetiva articulação com a rede de enfrentamento e proteção de crianças. Demarca ainda, que a compreensão sobre conceitos gerais, as formas de identificar sinais de sofrimento na criança, o conhecimento sobre os procedimentos a serem realizados após a descoberta, potencializa um trabalho pedagógico com maior segurança e assertividade, no que se refere a garantia de proteção integral de crianças vítimas do Abuso Sexual.

Conclui-se que a pesquisa aponta importantes desafios como, por exemplo, a dificuldade de se trabalhar temáticas que envolvam discussões acerca da sexualidade, no contexto da Educação Infantil, a necessidade de reformulações nos conteúdos propostos pelas formações continuadas, a fim de, garantir a inserção de temas como o enfrentamento ao Abuso Sexual Infantil e a escassez de políticas públicas integradas, intersetoriais e que aparem as vítimas e suas famílias. Obviamente, não seria possível dar conta de um debate tão amplo como este durante este estudo. Para isso, sugere-se a realização de outros levantamentos que possam investigar tais e contribuir com tais fenômenos.

REFERÊNCIAS

- AMAZARRAY, M. R., KOLLER, S. H. Alguns Aspectos Observados no Desenvolvimento de Crianças Vítimas de Abuso Sexual. **Psicologia: Reflexão e Crítica**. Porto Alegre, v. 11, n. 3. p. 559-578, 1998.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, LTDA, 2016.
- BRASIL. **Refazendo laços de proteção: Ações de prevenção ao abuso e à exploração sexual comercial de crianças e adolescentes**. Childhood – Instituto WCF, 2006.
- BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. (2021). **Cartilha Abuso sexual contra crianças e adolescentes: abordagem de casos concretos em uma perspectiva multidisciplinar e interinstitucional**, Brasília, DF, 2021.
- CAMPOS, D. C., & URNAU, L. C. . (2012). Exploração Sexual de Criança e Adolescentes: Reflexão sobre o Papel da Escola. **Psicologia Escolar e Educacional**, 25, e221612, 2012.
- CHAGAS, J. C.; PEDROZA, R. L. S. Psicologia escolar e gestão democrática: atuação em escolas públicas de Educação Infantil. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 17, n. 1, p. 35-43, jun, 2013.
- FUNDAÇÃO, ABRINQ. **Cenário da Infância e da Adolescência no Brasil**. Volume I, São Paulo – SP, 2023.
- FERREIRA, A. L. 2010. A escola e a rede de proteção de crianças e adolescentes. In: Assis, S. G., Constantino, P., and Avanci, J.Q., Orgs. **Impactos da violência na escola: um diálogo com professores** [online]. Rio de Janeiro, 2010. Ministério da Educação/ Editora FIOCRUZ, 2010, pp. 203-234.
- LIBÓRIO, R. M. C.; FRANCISCO, M. V. Proposta de formação continuada na área da prevenção ao abuso sexual de crianças: O desenvolvimento de condutas e autoproteção. **XVI ENDIPE – Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino, UNICAMP**, Campinas, 2012.
- LOPES, K. C.; TORMAN, R. O abuso sexual e a inclusão momentânea: as consequências no processo de aprendizagem. **Revista Psicopedagogia**, v. 25, n.77, p. 132-138, 2008.
- MINAYO, M. C. S.; COSTA, A. P. (2018). Fundamentos Teóricos da Técnicas de Investigação Qualitativa. **Revista Lusófona de Educação**. Aveiro, Portugal, v. 40, p. 139 – 153.
- NASCIMENTO, A. F. DO., & DESLANDES S. F. (2016). A construção da agenda pública brasileira de enfrentamento da violência sexual infanto-juvenil. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, 26(4), 1171-1191.
- NUNES, M. C. A.; MORAIS, N. A. de. (2021). Práticas Profissionais relacionadas às Demandas de Violência Sexual: Revisão da Literatura Nacional. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 41, p. e227527.

OLIVEIRA, M. **Inocência violada: um estudo sobre o abuso sexual infantil a partir do discurso de profissionais que atuam em um Centro de Referência Especializado de Assistência Social-CREAS.** Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) – Curso de Psicologia, Faculdade Vale do Ipouca – FAVIP, Caruaru, 2012, 63p.

OLIVEIRA, G. F.; ROQUE, G.; MELO, J. Sexualidade na escola: uma vivência da extensão universitária na formação continuada de professores. In: OLIVEIRA (Org.). **Sexualidade na escola: contribuições na formação docente na prática pedagógica.** Coleção: RENAFORM-UFPE Da formação à transformação, 1 edição, Ed: MXM, Pernambuco, 2016.

OLIVEIRA, M; VILLACHAN-LYRA, P. **“Entre” chapeuzinhos vermelhos e lobos maus: o abuso sexual na primeira infância e a escola enquanto rede de proteção e enfrentamento.** (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal Rural de Pernambuco, Programa de Pós-graduação em Educação, Culturas e Identidades, Recife, 2018, 168p.

OLIVEIRA, A. B. S. Notificar é preciso! A importância da notificação dos casos de violência contra crianças e adolescentes. In: Mendonça (Org). **Ensinar a se proteger: a autoproteção de crianças como estratégia de enfrentamento às violências.** Editora UFPE, Recife, PE, 2022.

OLIVEIRA, M., & BRAZ AQUINO, F. de S. O papel da educação infantil no enfrentamento ao abuso sexual de crianças: concepções e práticas profissionais. **Revista Debates Insubmissos**, 7(27), 342–360, Caruaru, PE, 2025.

PFEIFFER, L.; SALVAGNI, E. P. (2005). Visão atual do abuso sexual na infância e na adolescência. **Jornal de Pediatria.** Rio de Janeiro, v. 81, n. 5, p. 197 – 209.

PAIXÃO, É. S. **A construção de ações educativas de prevenção do abuso sexual na infância.** Orientadora: Maria de Fátima Andrade. Dissertação (Mestrado em Educação, Arte e História da Cultura) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2020, 163p.

PAIVA, E. A. F. de. **A prevenção primária e secundária do abuso sexual na educação infantil: reflexões no âmbito das políticas públicas.** Orientadora: Adriana Momma Bardela. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015, 250p.

PENCO, A. **O projeto “escola que protege” em Dourados/MS: prevenção da violência sexual infanto-juvenil no âmbito educacional.** – Dourados, MS. Orientador: Ademir Gebara. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Grande Dourados, 2015, 145p.

PIVA, E. A.; JASPER, A.; FELLER, C.; ALVES, P. S. Prevenção à violência sexual e formação de professores: avaliação de uma proposta de intervenção. In: **Revista de Divulgação Interdisciplinar do Núcleo das Licenciaturas-REDIVI**, v. 1, n. 1, 2013.

RESSEL, L. B.; BECK, C. L. C.; GUALDA, D. M. R.; HOFFMANN, I. C.; SILVA, R. M.; SEHNEM, G. D. O uso do grupo focal em pesquisa qualitativa. **Texto, Contexto Enfermagem.** Florianópolis, p. 79-86, 2008.

RIBEIRO, P. M. **O abuso sexual infantil intrafamiliar e os sentidos compartilhados pelos professores do Recife.** Orientadora: Fátima Cruz. 2012. 150 Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012, 150p.

SANTOS, E. M. N. (2019). A educação como direito social e a escola como espaço protetivo de direitos: uma análise à luz da legislação educacional brasileira. **Revista: Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 45, e184961, 2019.

SANTOS, E. M. N.; LIMA, F. W. C. Decálogo da escola como espaço de proteção social: consolidando a função social da escola como espaço democratizante. **Ecos Revista Científica**, São Paulo, n. 54, p. 1-17, e8338, jul./set, 2020.

SILVA, A. C. S. DA ., & ALBERTO, M. DE F. P. Fios Soltos da Rede de Proteção dos Direitos das Crianças e Adolescentes. **Psicologia: Ciência E Profissão**, 39, e185358, 2019.

SILVA, B. P. DA.; CAMARGO, D. de. As práticas profissionais realizadas em situações de Maus-tratos infantis: uma revisão integrativa. **Ciência & Saúde Coletiva**, 28(6), 1703-1715, 2023.

SPAZIANI, R. B. **Violência sexual infantil: compreensão de professoras sobre conceito e prevenção.** Orientador: Ana Cláudia Maia. 2013. 133 f. Dissertação (Pós-Mestrado em Psicologia de Desenvolvimento e Aprendizagem) – Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2013, 133p.